

TERRITÓRIO: ESPAÇO SOCIAL DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E DE POLÍTICAS

Territory: The Social Period of Construction of Identities and Policies

Rosilda Mendes

Educadora, doutora em saúde pública, assessora técnica da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Ausônia Favorito Donato

Educadora, doutora em saúde pública, diretora técnica de serviços do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

sinopse

A intenção de focar a relação da saúde com a totalidade da vida, encontra amparo na Constituição Federal Brasileira de 1988, no capítulo sobre Saúde, que a define no sentido positivo. Aproximando-a das proposições relativas à qualidade de vida, a saúde deve ser observada a partir da interlocução com outras áreas, buscando a integralidade da ação social. As políticas de saúde que vêm sendo delineadas, desde então, têm reafirmado o pressuposto da descentralização e a importância do espaço local ou território, considerado como cenário de integração de diversos sujeitos sociais para o desenvolvimento da saúde e de constituição e construção da cidadania.

palavras-chave

Território; programa saúde da família; cidadania; geografia.

abstract

The intention of tackling the relationship of health with the totality of life, encounters support in the Brazilian Federal Constitution of 1988, in the chapter on health, which defines it in positive sense. Bringing it close to the proposals relating to quality of life, health should be observed from inter-discussion with other areas, seeking the integrality of social action. The health policies which have been outlined, since then, have reaffirmed the presupposition of decentralization and the importance of local space or territory, considered as an integration scenario of diverse social subjects for the development of health and the constitution and construction of citizenship.

key words

Territory; family health program; citizenship; geography.

IDENTIFICANDO O TERRITÓRIO

O espaço deve se constituir o lugar da promoção da saúde, por meio da promoção da solidariedade, onde vários sujeitos sociais - profissionais da saúde e de outros setores, movimentos populares, organizações não governamentais, conselhos, dentre outros, e o Estado - atuam coletivamente com a intenção de promover a melhoria das condições de vida e saúde.

Se tivermos como referência o Programa de Saúde da Família, cabe-nos, nesse momento, uma indagação: qual é o significado da discussão sobre espaço social - território na implantação de equipes de Saúde da Família?

Numa primeira aproximação podemos afirmar que o processo de apropriação do território pela equipe do Programa de Saúde da Família, permite conhecer as condições em que os indivíduos moram, vivem, trabalham, adoecem e amam a depender do segmento social em que se situam. Esse conhecer implica assumir o compromisso de responsabilizar-se pelos indivíduos e pelos espaços onde esses indivíduos se relacionam. A adscrição da clientela na Unidade de Saúde não é uma mera regionalização formal do atendimento, mas um processo necessário para definir relações de compromisso. Quer se enfatizar, que este é um pré-requisito fundamental, imprescindível para se elaborar estratégias de ação cuja relevância social possa alterar tais condições.

É preciso que se considere, no entanto, que existem diferentes leituras acerca do espaço-território, que acabam por determinar as formas e o sentidos das intervenções.

Tendo isto em consideração é nossa intenção explicitarmos o conceito de espaço local ou território, e ao fazê-lo nos colocamos como questões: por meio de quais entendimentos, de quais concepções este conceito tem sido abordado?

Segundo o léxico, local é limitado a uma região e, território à área de um país, estado, província ou cidade. No entanto, a maioria das pessoas usa indistintamente as palavras local, região, área e território atribuindo-lhes o mesmo significado quando se trata da delimitação de um espaço geográfico.

Na Geografia há no mínimo duas correntes de pensamento que apreendem de forma distinta a questão do espaço.

... o processo de apropriação do território (...) permite conhecer as condições em que os indivíduos moram, vivem, trabalham, adoecem e amam a depender do segmento social em que se situam.

O espaço deve se constituir o lugar da promoção da saúde, por meio da promoção da solidariedade, onde vários sujeitos sociais (...) atuam coletivamente com a intenção de promover a melhoria das condições de vida e saúde.

A primeira o apreende de forma naturalizada, como um espaço físico que está dado, onde o ambiente em que vivemos é alguma coisa externa à vida da sociedade. Para os defensores de tal concepção são os critérios geofísicos e/ou geopolíticos que delimitam os espaços - estes, dados pelos interesses do Estado, onde o social é mais uma variável - que vão definir o território, área, região ou localidade.

Esta concepção, ao ser adotada pelo setor saúde, por exemplo, na delimitação de área de responsabilidade de uma equipe de Saúde da Família, definiria apenas um local onde se opera a base do sistema, isto é, o número de famílias a ser considerado, a localização dos equipamentos de saúde e outros, o número de equipes por área de abrangência, distribuição da população por faixa etária, dentre outras variáveis. Tal abordagem limita-se a uma descrição estática do espaço onde deve atuar a Equipe de Saúde da Família.

Essa concepção de apropriação de espaço naturalizado, previamente estabelecido, presta-se, ou melhor, é eficaz, quando adotamos a concepção de saúde apoiada no modelo biomédico que a considera como ausência de doença e, esta definida como alteração fiso-patológica. Portanto, também naturalizada, biologizada e, ao tratar o social o faz reduzindo-o a um conjunto de características individuais, os chamados "fatores sociais", não assumindo o dinamismo da construção do espaço como processo social.

Há uma releitura do espaço. Nesta, a apreensão do espaço delimitado em território (área, região ou localidade) é uma construção decorrente do processo histórico resultante da ação de homens concretos e em permanente transformação. É também um espaço histórico, uma vez que revela as ações passadas e presentes. Sendo território uma construção, é produto da dinâmica onde tencionam-se as forças sociais em jogo. Uma vez que essas tensões e conflitos sociais são permanentes, o território nunca está pronto, mas sim em constante transformação. Ao mesmo tempo que território é um resultado, é também condição para que as relações sociais se concretizem. E, sendo construído no processo histórico é historicamente determinado, ou seja, pertence a uma

dada sociedade, de um dado local, que articula as forças sociais de uma determinada maneira.

Como resultado deve-se entender o modo como ao longo do tempo foi se organizando a vida local definindo, por exemplo, o tipo de equipamentos sociais e onde eles estão situados; as características das habitações e o modo como elas se dispõem e abrigam as pessoas; a circulação dos meios de transportes; a utilização dos espaços e equipamentos como praças, clubes sociais, escolas, igrejas, delegacias, entre outros.

A partir dessas considerações, fica evidente a necessidade da Equipe de Saúde da Família conhecer a história dos indivíduos, do seu território de responsabilidade e como esse território se insere na dinâmica da cidade. Qual a história da Unidade de Saúde, das pessoas que freqüentam aquele serviço de saúde e a partir daí entender as representações da comunidade sobre a unidade. O modo como os indivíduos na comunidade vêem a unidade determina a especificidade das relações que se estabelecem entre a comunidade e os serviços de saúde. Por outro lado, os profissionais da Equipe de Saúde da Família têm suas próprias representações sobre a clientela as quais definem os tipos de ações de saúde a serem desenvolvidas e como elas devem ser realizadas.

É preciso destacar que nessa concepção, a superfície solo e as características geofísicas são apenas

... o território nunca está pronto, mas sim em constante transformação. Ao mesmo tempo que território é um resultado, é também condição para que as relações sociais se concretizem. E, sendo construído no processo histórico é historicamente determinado, ou seja, pertence a uma dada sociedade, de um dado local, que articula as forças sociais de uma determinada maneira.

uma das dimensões do território e que as características geo-humanas não são consideradas como variáveis isoladas, fragmentadas, mas com a complexidade de um espaço construído pelas forças sociais. Assim, ao adotarmos esta concepção no Programa de Saúde da Família, sabe-se que o território estará em permanente processo de reconstrução, de redefinição e de transformação. Cabe, portanto, às equipes de Saúde da Família um constante processo de conhecimento e desvelamento da realidade - território vivo - onde atuam, no sentido, já dito de transformação.

O LUGAR NA GEOGRAFIA

Uma outra noção relevante é a de que o território contém inúmeros lugares; e lugar, é um conceito-chave da Geografia. Nessa porção do espaço, é onde se desenvolve a trama das relações sociais de cada indivíduo, e que produz a identificação com o lugar. O significado de cada lugar é dado pelo seu uso: lugar de produzir ou lugar de consumir; lugar de adoecer e lugar de curar; lugar de amar e lugar de lutar (CARVALHO, 2001).

Nessa visão, esses espaços locais são concebidos como algo concreto, sínteses de múltiplas determinações, campos privilegiados de ação, que podem permitir a implementação de iniciativas inovadoras, com a inclusão de diversos sujeitos locais no estabelecimento de políticas. O Programa de Saúde da Família ao ser pensado nessa lógica possibilita a participação cotidiana dos cidadãos na gestão pública e no controle das condições que podem interferir na sua saúde e da coletividade onde vivem e trabalham. É necessário, que os sujeitos se apoderem do território, o que implica um processo de identificação com os diferentes lugares e as particularidades históricas e políticas desses lugares, possibilitando assim uma participação mais efetiva. É, portanto, o espaço de aprendizado e conquista de cidadania.

Pode-se nesse momento reforçar o entendimento do conceito de território trazendo a idéia de que o território constitui-se como "ator" e não apenas como um "palco". Significa entendê-lo no seu papel ativo, ou seja, como um espaço que dinamiza as relações, que integra culturalmente e que se converte em um lugar de respostas

O significado de cada lugar é dado pelo seu uso: lugar de produzir ou lugar de consumir; lugar de adoecer e lugar de curar; lugar de amar e lugar de lutar.

possíveis aos propósitos sociais, econômicos, políticos e culturais de nossa época (CASTELLS e BORJA, 1996; SANTOS e SILVEIRA 2001).

CONCEITUANDO CIDADANIA

Assim, como o fizemos para o conceito de território, o faremos em relação ao conceito de cidadania.

A cidadania como princípio político-ideológico da igualdade, é individualizante. Todos - isto é, cada um - são iguais perante a lei. A medicina anátomo-clínica também é individualizante. A medicina individual dirá que a tuberculose, por exemplo, é a mesma em todos os indivíduos tuberculosos, reduzindo a doença à sua dimensão biológica, deixando de fora todas as variáveis como não essenciais, inclusive a dimensão social de cada indivíduo. Em um só movimento, portanto, a clínica anátomo-patológica se alia ao individualismo político-ideológico que se alia a apropriação naturalizada do espaço que é a forma mais concreta de realização do princípio da igualdade.

Entretanto, a cidadania também pode ser concebida numa outra leitura, não mais considerada como um estado pleno de direitos. É sim entendida como uma conquista, fruto de um processo de aprendizado, expresso diferentemente segundo as classes e frações de classes sociais. A questão da cidadania hoje é recolocada em todos os setores da sociedade ao nosso entender decorrente da conjuntura política.

Apropriar-se do território nessa perspectiva e utilizá-lo efetivamente implica implementar projetos que tenham por princípio a "inovação democrática" que responde à participação dos cidadãos, à cooperação social, à integração das políticas urbanas, à participação e formulação de políticas públicas. Este aspecto merece atenção, especialmente porque a inclusão de amplos setores da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas, tem conseqüências muito importantes para o desenvolvimento de projetos sociais. No Brasil, este processo é muito recente e tem relação com o processo de democratização. Historicamente, os atores sociais advindos de grupos comunitários e associações sempre estiveram à margem da definição de políticas públicas, sob forte gerência de um Estado burocrático, com tradição política paternalista e clientelista. Esse processo exige, contudo, reconhecer a existência de campos de negociação e conflitos na prática cotidiana (IANNI 1996).

Reforçando as concepções descritas diríamos que esse espaço representa muito mais que uma superfície geográfica, ou seja, para compreender o território deve-se levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. Desta forma, defronta-se com o território vivo, vivendo em permanente construção (SANTOS E SILVEIRA 2001).

Nessa perspectiva, deve-se conceber a saúde enquanto expressão de um fenômeno coletivo e este não mais entendido como um todo homogêneo.

... deve-se conceber a saúde enquanto expressão de um fenômeno coletivo e este não mais entendido como um todo homogêneo. (...) os indivíduos vivem, adoecem e morrem diferentemente segundo sua inserção nas classes e frações de classes sociais.

Nessa outra concepção apreendemos a saúde e a doença enquanto processo socialmente determinado e coletivo. Como já afirmado, os indivíduos vivem, adoecem e morrem diferentemente segundo sua inserção nas classes e frações de classes sociais.

Retomando o exemplo da tuberculose, ela não é a mesma em todos os indivíduos tuberculosos, pois embora tendo em comum o mesmo agente etiológico, a determinação social para a manifestação da doença é distinta para diferentes pessoas, assim, por exemplo, ela é diferente num jovem executivo e em um jovem morador da periferia de um grande centro urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, lembramos que nos discursos da saúde coletiva tem-se reiterado a questão da exclusão. A esse propósito podemos afirmar que o território é o espaço por excelência onde podemos perceber, apreender, sentir, identificar, mas, o que é mais importante, intervir nas condições e vivências objetivas de exclusão, construindo condições de inclusão.

Esse processo supõe participação, pois estar incluído significa não só condições materiais, mas, sobretudo, democracia, cidadania e felicidade (SPOSATI 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS ME, BORJA J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos* 1996; (45): 152-166.
- CARVALHO CAJ. "O Território da Saúde: uma análise de seus componentes." In [www.escola.org/geografia/saude/territorioesauade.html], novembro de 2001.
- IANNI O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1996.
- SANTOS M e SILVEIRA ML O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo, Ed. Record, 2001.
- SPOSATI A. Pela inclusão na política de saúde. XI Conferência Municipal de Saúde de São Paulo. 2001.